



Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século xviii e primeira metade do xix

Josarlete Magalhães Soares*

Resumo

A colonização da América Portuguesa foi permeada por diversas iniciativas de reconhecimento e de controle sobre sua ocupação territorial. Com a descoberta do ouro, a capitania de Minas Gerais passou a ser alvo privilegiado dessas iniciativas, merecendo inclusive maior atenção quanto ao mapeamento de suas terras. Desse modo, a produção cartográfica oficial sobre as Minas acabou refletindo o gradativo processo de apropriação de seu território e a lenta expansão do povoamento rumo às fronteiras da capitania. Com o objetivo de visualizar as características desse processo sobre o espaço, neste artigo procedemos à análise de alguns dos principais mapas produzidos pela iniciativa tanto da Coroa portuguesa quanto do governo mineiro ao longo do século xviii e também durante a primeira metade do xix. Privilegiamos aqueles documentos reconhecidos atualmente pela importância e originalidade no momento em que foram produzidos. Nosso recorte de investigação foi a porção sudeste de Minas Gerais, região hoje conhecida como Zona da Mata mineira. Durante a maior parte do século xviii, a Coroa se esforçou em restringir o povoamento dessa área, numa tentativa de evitar o extravio dos impostos sobre o ouro e sobre a circulação de mercadorias. No entanto, nas primeiras décadas do século xix, tais restrições, que já vinham se atenuando, foram completamente extintas e políticas oficiais passaram a estimular o aproveitamento econômico da região. De forma associada ao discurso historiográfico, a cartografia se mostrou um instrumento extremamente válido para a compreensão do processo de conquista do espaço natural a partir da implantação de uma série de assentamentos humanos característicos, embriões de futuros centros urbanos. A cartografia também possibilitou visualizar as linhas de força que impulsionaram a ocupação do território, explicitando o modo como os novos assentamentos humanos se articularam aos demais núcleos urbanos mineiros.

* Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela EA/UFMG - josarlete@ibest.com.br





Palavras-chave: ocupação territorial, produção cartográfica - Minas Gerais, Zona da Mata mineira

1 – Introdução

Diversos autores têm apontado a existência de dois fluxos migratórios que marcaram o povoamento mineiro: um fluxo inicial no sentido centrípeto (das regiões distantes da colônia, e mesmo da metrópole, para as áreas de mineração) e um fluxo posterior no sentido centrífugo (da mina para o interior da capitania). IGLÉSIAS (1960, p. 366) destaca, inclusive, a naturalidade desse fenômeno em áreas ocupadas pela mineração. Tal fenômeno as diferencia da ocupação empreendida pela atividade agropecuária, que incorpora terras em extensões contínuas. Desse modo, a possibilidade de enriquecimento com a extração do ouro provocou um surto migratório sem precedentes no interior da América Portuguesa, concentrando grande parte da população nas áreas centrais mineradoras. Diversas regiões do atual estado de Minas Gerais, onde não foram encontrados metais preciosos em quantidade significativa, acabaram sendo ocupadas de forma mais lenta ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esse é o caso da Zona da Mata, que correspondia à porção sudeste da capitania, coberta por uma densa vegetação de mata atlântica então existente.

As medidas de controle sobre o extravio do ouro – tais como as proibições de abertura de novos caminhos e de povoamento em certas regiões¹ – também incidiram diretamente sobre o território da Mata, considerado uma área de passagem natural para o contrabando tanto pelo litoral do Espírito Santo quanto pelo do Rio de Janeiro. No entanto, com o correr do século XVIII, à medida que os rendimentos das lavras começaram a decrescer a agricultura ganhou maior importância relativa dentro das atividades econômicas mineiras e as áreas de plantação intensificaram seu avanço pelo interior da capitania. Já no último quartel dos setecentos, expedições oficiais foram encaminhadas às matas de leste. Embora o objetivo principal fosse incentivar novos descobertos auríferos, tais expedições desencadearam um processo de reconhecimento e incorporação desse espaço ao sistema social, econômico e político então vigente².

¹ PIMENTA, 1971, p. 22-23.

² SOARES, 2009, p. 61-68.





Tendo em vista esse panorama, o objetivo deste artigo é verificar como ocorreu a ocupação territorial na porção sudeste de Minas Gerais, a atual Zona da Mata, a partir da análise das principais cartas produzidas pela iniciativa oficial durante o século XVIII e primeira metade do XIX. Para tanto, foram destacados, em cada carta, os assentamentos humanos com sua classificação característica e alguns elementos geográficos de maneira a possibilitar a identificação das linhas de força que se impuseram à marcha do povoamento. Embora devamos reconhecer certas limitações e inexatidões quanto ao conteúdo representado em tais documentos, eles apresentam uma síntese do conhecimento acumulado sobre o território num determinado momento, permitindo visualizar e compreender de forma mais global certos aspectos relativos à ocupação territorial.

Nossa investigação se iniciou na década de 1730. O primeiro mapa analisado compõe um conjunto hoje reconhecido como a principal produção cartográfica sobre a capitania de Minas Gerais na primeira metade dos setecentos. Trata-se do “[Mapa abrangendo a Região entre o Alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e o Rio São Francisco - Região da Zona da Mata, 20°00’ - 21°30’ Sul]”³, datado de 1734-35 e atribuído aos jesuítas Domenico Capacci e Diogo Soares. Sua produção esteve inserida no ambicioso projeto de elaboração do “Novo Atlas da América Portuguesa”, cujo objetivo era realizar um amplo mapeamento das terras portuguesas na América⁴. Dessa tarefa foram incumbidos o italiano Domenico Capassi, que atuava em Portugal como funcionário da Coroa, e o português Diogo Soares. Devido à magnitude do trabalho a ser realizado e com a morte dos então conhecidos “padres matemáticos” – Capassi em 1736 e Soares em 1748 –, tal obra permaneceu inconclusa. No entanto, vários mapas regionais foram elaborados, sobretudo da região sul do que é hoje o território brasileiro e de Minas Gerais.

Para a segunda metade do século XVIII, lançamos mão de duas cartas confeccionadas pelo militar português José Joaquim da Rocha: o “Mapa da Comarca do Rio das Mortes” e o “Mapa da Comarca de Vila Rica”⁵, ambos de 1778. Com a paulatina queda dos rendimentos da mineração, uma série de descrições,

3 Uma reprodução desse mapa pode ser encontrada em COSTA, 2002, mapa em bolso.

4 Para informações mais detalhadas sobre esse projeto ver ALMEIDA, 2001.

5 Reproduções desses mapas, com as mesmas denominações, podem ser encontradas em ROCHA, 1995, mapas em bolso.





memórias e instruções passaram a ser elaboradas com o intuito de fornecer subsídios ao governo da capitania de Minas Gerais. Para tanto, a própria produção cartográfica foi atualizada. Tendo percorrido e conhecido profundamente o território mineiro, o mapeamento de Rocha é considerado o mais completo de Minas Gerais nos setecentos⁶.

Nas primeiras décadas do século XIX, merece atenção especial o mapa produzido pelo engenheiro alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege. Contratado pelo governo português como especialista em fundições de ferro, Eschwege veio para o Brasil em 1810, a pedido de Dom João VI, com o objetivo de reanimar as atividades de mineração de ouro e trabalhar na nascente indústria siderúrgica. Fez diversas viagens pelo interior do Brasil e principalmente pelo território mineiro, tendo confeccionado mapas de várias províncias e publicado uma série de estudos⁷. O “Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais” foi a última carta de Minas Gerais elaborada antes da independência. Embora concluída em 1821, nunca foi publicada na íntegra, mantendo-se inédita até os dias atuais. Um recorte de sua porção central foi reproduzido em 1833, na Alemanha, quando da publicação da obra *Pluto Brasiliensis*, também de autoria do Barão de Eschwege. Em 2002, foi publicada pela primeira vez no Brasil uma cópia desse recorte⁸. É a partir dessa cópia que empreenderemos a maior parte de nossa análise.

Por fim, para visualizar o avanço do povoamento sobre a Zona da Mata até meados do século XIX, utilizamos como instrumento de análise aquele que ficou conhecido como o primeiro mapa geral da província de Minas Gerais: a “Carta da Província Brasileira de Minas Gerais”, elaborada pelo engenheiro Ferdinand Halfeld e pelo desenhista Friedrich Wagner e concluída no ano de 1855. Com a independência, o processo de aparelhamento do nascente estado brasileiro e de suas províncias incluía a necessidade de se elaborar uma representação cartográfica atualizada do território. Para o caso de Minas Gerais, embora a importância desse mapeamento fosse reconhecida no discurso oficial, os recursos eram escassos e o

⁶ MORAES, 2006, v. I, p. 87-105.

⁷ RENGER, 2002, p. 11-17.

⁸ Uma reprodução desse recorte pode ser encontrada em COSTA, 2002, mapa em bolso.

⁹ Uma cópia desse mapa foi publicada pela Fundação João Pinheiro em 1998. (HALFELD, TSCHUDI, 1998, mapa em bolso)





aparato disponibilizado pelo governo provincial era claramente desproporcional à magnitude da tarefa a ser realizada. O mapa foi feito, assim, a partir de uma compilação de todos os mapas então existentes, aos quais foram acrescentadas algumas medições e exames mais recentes feitos pelos engenheiros da província em suas viagens¹⁰. Afora as peculiaridades que revestiram seu processo de elaboração, essa carta apresenta avanços significativos, descortinando um território em ritmo acelerado de ocupação territorial.

2 – Povoamento e Assentamentos Humanos na Mata ao Longo do Século XVIII

O incipiente processo de penetração nas regiões de floresta foi acompanhado pelo estabelecimento de novos assentamentos humanos nas áreas desbravadas. Durante o século XVIII, alguns tipos específicos de assentamentos caracterizaram o povoamento da Mata, constituindo-se como os núcleos iniciais estruturadores de sua primitiva rede urbana. O modo como esse processo se iniciou pode ser observado a partir da análise do “[Mapa abrangendo a Região entre o Alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba e o Rio São Francisco - Região da Zona da Mata, 20°00' - 21°30' Sul]”, de 1734-35 (ANEXO ÚNICO, FIG. 1).

Como seria de se esperar, uma maior concentração de núcleos urbanos pode ser encontrada junto à área de mineração polarizada por Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) e o arraial de Ribeirão do Carmo (atual Mariana)¹¹. Também chama a atenção o fato de que, mesmo não representada pelos autores, a direção do Caminho Novo¹² – uma das vias de comércio mais importantes de Minas Gerais e da América Portuguesa nos séculos XVIII e XIX – aparece demarcada com relativa clareza na porção sudoeste da carta.

¹⁰ GOMES, 2005, p. 39.

¹¹ Para correspondência de topônimos ver BARBOSA, 1995 e MORAES, 2006, v. 2, p. 358-413.

¹² Aberto nos primeiros anos do século XVIII, o Caminho Novo atravessava a porção sul do território que hoje constitui a Zona da Mata mineira. Através dele, o ouro extraído da região central das minas passou a ser escoado diretamente para o porto do Rio de Janeiro, evitando uma rota mais longa e perigosa, que passou a ser conhecida como Caminho Velho. A dificuldade de passagem imposta pela Serra da Mantiqueira fez do Caminho Novo uma via fundamental para o comércio de importação e, principalmente, de exportação em Minas Gerais (SANTOS, 2001).





Uma sucessão de fazendas, roças e ranchos acaba por indicar tal direção, deixando evidenciada a força desse caminho enquanto rota mercantil e eixo de penetração do povoamento.

Outra informação importante apresentada por esse mapa se refere ao avanço da ocupação no alto vale do rio Doce, mais especificamente na área da bacia do rio denominado como Guarapiranga, hoje Piranga. Partindo da região central mineradora, já se observa a penetração de alguns caminhos pelo vale desse rio. Seguindo seu curso e ao longo de seus afluentes estavam instalados, nesse momento, certo número de assentamentos humanos, alguns mais estáveis – como as freguesias/capelas na margem esquerda, mais próximas de Vila Rica – e outros mais rústicos – as fazendas, roças e ranchos nos afluentes da margem direita (FIG. 1). Conforme apontado por CARNEIRO (2008, p. 113-131), à revelia da legislação proibitiva e ainda no auge da produção mineradora, a penetração pelos espaços fronteiriços começou a ocorrer. A presença de veios auríferos, as características favoráveis à introdução da atividade agrícola e a proximidade com dois dos mais importantes núcleos urbanos de Minas Gerais no período colonial (Vila Rica e Ribeirão do Carmo) permitiram certo crescimento demográfico dos distritos do vale do rio Piranga.

Contudo, a inconstância da frente pioneira, associada ao seu caráter eminentemente rural, deixou poucos registros que possibilitassem identificar os núcleos iniciais de formação dos futuros centros urbanos da região (ANEXO ÚNICO, FIG. 6). Talvez mesmo porque tais núcleos ainda não estivessem fixados nesse momento. No entanto, embora esses primeiros assentamentos humanos não tenham tido um crescimento que os levasse à fixação enquanto centros urbanos, eles foram importantes no processo de desbravamento e domesticação da floresta, possibilitando a intensificação paulatina das frentes migratórias e o adensamento demográfico da região, condição indispensável para a formação de seus núcleos urbanos.

Ao longo do século XVIII, mesmo de maneira vacilante, a ocupação conheceu certo avanço. Na tentativa de visualizar tal processo, destacamos, nas FIG. 2 e 3 (ANEXO ÚNICO), os assentamentos humanos e alguns elementos geográficos presentes, respectivamente, no “Mapa da Comarca de Vila Rica” e no “Mapa da Comarca do Rio das Mortes”, ambos de 1778. Nesse momento, a região que hoje corresponde à Zona da Mata mineira estava dividida entre as





Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Coerente com a política de abertura das regiões de floresta que começou a se esboçar ao final do século XVIII, nessas cartas já podem ser identificados alguns assentamentos humanos estabelecidos pela iniciativa estrita do Estado, como os registros, os presídios e os núcleos para a catequese e pacificação indígena.

Servindo como postos de arrecadação e controle fiscal, os primeiros registros instalados na Mata foram contemporâneos ao processo de abertura do Caminho Novo. Como esse caminho era a principal via de circulação tanto do ouro extraído como de uma série de artigos comercializados nas Minas, era natural que a cobrança dos impostos de passagem fosse feita sobre os viajantes que por ele trafegavam. No entanto, à medida que o povoamento se intensificou e os sertões tornaram-se mais ocupados, fez-se necessária a implantação de novos registros em pontos estratégicos tanto para se evitar o desvio de rota pelas picadas quanto para atender à demanda de um povoamento que se estendia pelo território (FIG. 3).

Os presídios foram uma das expressões espaciais mais características do processo de desbravamento oficial das regiões de floresta. Segundo o Barão de Eschwege, “dá-se aqui o nome de presídio aos lugares onde se estabelecem as forças militares destinadas à defesa ou civilização dos índios, bem como à prevenção do contrabando”¹³. Num breve relato sobre a fundação do Presídio do Cuieté (FIG. 2), PIMENTA (1969-70, p. 388) nos conta que foram incursões indígenas às proximidades da freguesia de Furquim, ainda na primeira metade do século XVIII, que levaram à organização de uma expedição oficial para exploração dos sertões do rio Doce. Esse rio foi percorrido em canoas e, nas barras de seus afluentes, foram feitas pesquisas minerais onde algum ouro foi encontrado. O resultado da expedição foi o estabelecimento de guardas militares na região do rio Cuieté, ficando assim instalado o presídio. Desse modo, foi inicialmente a necessidade de defesa contra os ataques indígenas, e depois a possibilidade de “civilizá-los”, um dos motivos para a implantação dos presídios. Além disso, eles representavam pontos avançados no interior da floresta, servindo de apoio ao processo de conquista desse espaço.

Uma outra forma de domesticação das áreas de fronteira também foi iniciada durante o último quartel do século XVIII. Tratava-se do mecanismo

13 ESCHWEGE, 2002, p. 67 (nota de rodapé).





de atrair e reunir os indígenas em aldeamentos, no intuito de promover sua catequese e “civilização”. Com esse objetivo foi instalada, em 1767, uma das primeiras freguesias em território da Mata durante os setecentos: a do Mártir São Manuel do rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados¹⁴, hoje cidade de Rio Pomba (FIG. 2). Algumas expedições exploratórias durante a primeira metade do século XVIII já haviam se confrontado com grupos indígenas habitantes dos sertões do rio Pomba, em encontros muitas vezes hostis. Com o aumento do interesse na exploração da região, em 1767 o governador Luís Diogo Lobo da Silva dirigiu-se ao bispado de Mariana solicitando a indicação de um sacerdote que promovesse o aldeamento dos índios coropós e coroados. Iniciava-se, assim, um gradativo processo de abertura dos sertões de floresta ao povoamento regular.

Ao final dos setecentos, a expansão da atividade agropastoril sobre o território que hoje corresponde à Zona da Mata se intensificou. Reflexo desse processo é a fixação do povoamento ao longo da bacia do rio Piranga e sua penetração pelo interior mediante a implantação de uma série de capelas (FIG. 2). A disseminação desses rústicos templos religiosos foi, na realidade, um processo difuso de fixação de pequenas centralidades que, pelo próprio modo como se constituíam, possibilitou a formação de inúmeros núcleos urbanos nas áreas de expansão rural. À medida que as atividades agrícolas se expandiram, a população se deslocou para regiões cada vez mais distantes das sedes de suas paróquias e, mesmo nesses espaços onde poderia existir certa “liberdade” no que compete aos rituais católicos, a moral religiosa impunha a necessidade do rito da missa e dos sacramentos. A implantação das capelas ocorreu, assim, a reboque de um povoamento rural que se expandia, atendendo aos anseios dos cristãos desgarrados e à própria legislação eclesiástica¹⁵.

Pelas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” – que orientaram grande parte das ações da Igreja na América Portuguesa –, todo templo religioso, além de não poder ser implantado em locais ermos e despovoados, deveria ser dotado de uma renda mínima que permitisse sua conservação. Essa renda correspondia ao “patrimônio” da capela. Ao contrário da

¹⁴ Sobre o processo de instalação da freguesia e aldeamento indígena na região do Pomba ver: BARBOSA, 1995, p. 286-287 e VASCONCELLOS, 1974, p. 203-210.

¹⁵ MARX, 1991, p. 31-49; MATA, 2002, p. 145-150 e 199-221.





doação direta em dinheiro, na maioria dos casos prevaleceu a doação à Igreja de uma porção de terras por um senhor ou por vários vizinhos, em favor de um santo de devoção. Não só a capela era erigida nessas terras, como parte delas poderia ser parcelada e concedida a quem pretendesse construir uma casa ou venda no referido patrimônio, mediante o pagamento de uma taxa anual, o foro. Em tese, esse sistema garantia a manutenção do templo e das visitas dos padres para ministrar os sacramentos católicos. A constituição do patrimônio em terras também era uma forma de garantir o povoamento nas proximidades do templo, pois sua concessão parcelada possibilitava a formação e o crescimento de arraiais. “Entre o mundo rural e o urbano – menos quanto ao resultado físico do que como processo social – desabrochavam então pequenas povoações alterando a paisagem e, lentamente, o meio social.”¹⁶ A denominação usual de alguns assentamentos humanos como “capelas” correspondia, na realidade, a núcleos urbanos fixados e em processo de desenvolvimento.

Quanto à configuração geral da rede de assentamentos humanos, as FIG. 2 e 3 explicitam as duas frentes de ocupação que marcaram o povoamento da Zona da Mata durante os setecentos¹⁷. A primeira, mais difusa e visivelmente partindo da área central mineradora, caracterizou-se por um processo de formação de uma economia camponesa na região limítrofe dos centros urbanos de Vila Rica e Mariana. Ao final do século XVIII, todo o vale do rio Piranga se encontrava pontuado por arraiais. Os pontos de fixação humana constituíam-se como apoios importantes ao processo de penetração e incorporação desse novo espaço ao sistema sócio-econômico das Minas. Eram pequenas centralidades em nível local, polarizadas regionalmente por Vila Rica e Mariana. A outra frente de ocupação seguiu o Caminho Novo e se caracterizou por uma estrutura agrária mais concentrada e mercantilizada. Mediante a aquisição de sesmarias, alguns poucos lavradores concentraram todo o comércio de gêneros para abastecimento das tropas que por ali circulavam. Desse modo, pelo menos a princípio, os principais núcleos de povoamento se instalaram de forma mais concentrada ao longo do caminho.

¹⁶ MARX, 1991, p. 38.

¹⁷ CARNEIRO, 2008, p. 146-232.





3 – Povoamento e Assentamentos Humanos na Mata na Primeira Metade do Século XIX

A primeira década do século XIX foi marcada por um acontecimento bastante singular no contexto do processo de colonização: a transferência, em 1808, da Corte portuguesa para a América. Esse acontecimento desencadeou uma série de transformações políticas e econômicas na estrutura da colônia, trazendo novos investimentos e maior liberdade política nas negociações junto ao mercado internacional. No rol dessas mudanças, uma das ações implementadas foi o revigoramento da política indigenista então existente, conferindo-lhe um caráter mais ofensivo. Em meio ao amplo processo de abertura empreendido pela Coroa e à necessidade de promover alternativas de dinamização econômica, impunha-se a adoção de mecanismos que propiciassem a liberação dos territórios ocupados pelos índios de maneira a possibilitar a expansão agrícola e a introdução de atividades mercantis.

Podem ser distinguidas duas fases diferentes da política indigenista ao longo do século XIX¹⁸: uma em que predominou a alternativa do extermínio, entre 1808 e 1818, e outra em que prevaleceu a idéia do aldeamento indígena. A fase do extermínio foi relativamente curta e não obteve os resultados esperados. Ainda durante a administração de Dom João VI, mas principalmente após a independência, a política indigenista se revestiu de um caráter “ético”. A recomendação passou a ser a utilização de meios brandos e persuasivos no trato com os índios, de modo a incorporá-los à sociedade civil. A partir de então, a alternativa adotada foi o processo de sedentarização em aldeamentos. Pontos de apoio avançados foram instalados no interior da floresta para promover o contato, a atração e o aldeamento dos povos nativos, estimulando a adoção da agricultura como base de subsistência. A educação religiosa e civil nas aldeias foi entregue a sacerdotes católicos. Ações vinculadas à catequese, como a construção de igrejas e a realização de cerimônias religiosas, eram consideradas instrumentos importantes no processo de “civilização”. O sistema de aldeamento era tido, assim, como uma etapa de transição para a assimilação completa dos indígenas.

A política indigenista foi moldada de maneira a incentivar a ocupação das zonas de floresta. Uma série de vantagens, como a concessão de privilégios, isenções fiscais e a doação de sesmarias, foi oferecida àqueles que se

18 ESPÍNDOLA, 2005, p. 105-244.





dispusessem a habitar os sertões. Os sesmeiros também tinham o direito de utilização da mão-de-obra indígena sob regime de servidão. O povoamento regular era, assim, tanto uma consequência da política de pacificação como um meio para que o processo de ocupação territorial tivesse sua continuidade garantida. O resultado disso foi uma entrada expressiva de fazendeiros nas regiões de floresta, sobretudo no território da Zona da Mata, a partir de 1810.¹⁹

Foi em meio a esse contexto de desbravamento oficial e de derrocada dos povos nativos que muitos dos núcleos urbanos da Zona da Mata se formaram ou ganharam um impulso vigoroso para seu crescimento e consolidação. Esse processo pode ser em parte visualizado através do mapa elaborado pelo Barão de Eschwege entre os anos de 1811 e 1821. A FIG. 4 (ANEXO ÚNICO) é um extrato dessa carta, referente à região central do mapa. Parte do atual território da Zona da Mata está aí representado. Foram ressaltados os assentamentos humanos, caminhos e elementos geográficos destacáveis. Mantendo uma linha de continuidade com o processo de povoamento iniciado durante o século XVIII, os caminhos mantêm o sentido de penetração na Mata a partir da região de Mariana e Vila Rica, ainda os principais centros urbanos de Minas. É bastante expressivo o número de fazendas ao longo desses caminhos, o que deixa evidente a intensidade da frente de povoamento nas primeiras décadas do século XIX. A localização das capelas de forma constante e espaçada ao longo das vias de penetração na Mata também é indicativa do processo de fixação do povoamento e de consolidação dos caminhos.

A maior novidade trazida por essa carta, no entanto, é a inclusão das aldeias indígenas no rol dos elementos representados. Cabe ressaltar que tais aldeias eram aquelas resultantes do processo de aldeamento e não os acampamentos originais das populações nativas. Embora Eschwege pareça ter considerado como aldeias todas as povoações onde fossem encontradas famílias indígenas residentes – e não só os aldeamentos levantados exclusivamente com esse fim –, a observação da FIG. 4 deixa transparecer o alcance dessa política na Zona da Mata. Um número considerável de aldeias estava assentado no interior da região, correspondendo à faixa territorial de ocupação mais avançada.

Outro assentamento humano diretamente vinculado a essa política são

¹⁹ Ibidem, p. 249 e 290.





as guardas e patrulhas. Assumindo a função que no século XVIII cabia aos presídios, eram elas que estabeleciam os primeiros contatos com os grupos indígenas, plantando roças e presenteando-os com utensílios diversos, por isso sua localização junto à fronteira das regiões ocupadas (FIG. 4). Esses assentamentos também eram responsáveis pela proteção dos arraiais e fazendas das áreas de expansão territorial, evitando possíveis incursões indígenas e permitindo, assim, a intensificação e continuidade do povoamento. As nações de botocudos, considerados grupos mais hostis, habitavam, nesse momento, o vale do rio Doce e as regiões de floresta na porção nordeste de Minas Gerais, o que torna compreensível a concentração das guardas na porção norte do território da Zona da Mata. A FIG. 4 também deixa evidente o avanço do povoamento ao longo das bacias do rio Pomba e Muriaé, afluentes do Paraíba do Sul. A ocupação territorial transpõe, a partir desse momento, a vertente divisora de águas entre a bacia do rio Doce e a do Paraíba do Sul, adentrando a Mata rumo à agora província do Rio de Janeiro.

Até a metade do século XIX, esse processo se intensificou de forma muito expressiva. Isso pode ser observado pela análise da “Carta da Província Brasileira de Minas Gerais”, finalizada em 1855. A FIG. 5 (ANEXO ÚNICO) é um recorte da porção sudeste do mapa original. Nela destacamos os assentamentos humanos da maneira como foram classificados originalmente e alguns elementos geográficos indispensáveis para a compreensão do processo de povoamento, como caminhos e rios.

Um primeiro aspecto que merece ser destacado é o número de assentamentos que esse mapa apresenta. Ao longo das primeiras décadas do Império, a ocupação avançou até atingir os limites com o território fluminense. Na carta de 1855, os caminhos para Campos, na província fluminense, e Itapemirim, no litoral espírito-santense, aparecem delimitados com clareza e o povoamento já se encontrava bastante adensado ao longo do percurso por eles definido. Isso pode ser verificado pela grande número de fazendas então existentes.

Pela FIG. 5 também pode ser percebida a continuidade da direção radial adotada pelos caminhos. Eles mantêm o sentido de penetração a partir da antiga região central mineradora em direção à fronteira com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Embora o sentido dos fluxos comerciais tendesse a se voltar cada vez mais para o Rio de Janeiro, a importância da ligação política com o centro de Minas Gerais é bastante clara: os caminhos faziam a ligação entre os principais





núcleos urbanos estabelecidos na região da Mata, alguns já elevados a vila, e a capital da província. Assim, na medida em que foram se consolidando, as vias terrestres tornaram-se um instrumento de grande importância para a expansão do povoamento e para o próprio desenvolvimento dos núcleos urbanos.

O mapa de 1855 também nos mostra a existência de um número maior de freguesias na região da Zona da Mata nesse momento, tornando perceptível o processo de dispersão desses assentamentos. Tal processo ainda é reforçado pela distribuição das capelas. Elas podem ser encontradas de forma dispersa pelo interior da região, chegando inclusive à fronteira com o Rio de Janeiro. Entretanto, seu número vai diminuindo à medida que a distância em relação ao Caminho Novo – agora conhecido como Estrada do Paraibuna – aumenta e nos aproximamos da bacia do médio rio Doce. Essa configuração, marcada ainda pela distribuição espacial do conjunto dos assentamentos humanos, indica um outro sentido de difusão do povoamento: da região do antigo Caminho Novo rumo ao norte. Embora a penetração no sentido centro-periferia mantenha sua força, ganha visibilidade o movimento no sentido sul-norte, recobrando a região imediatamente adjacente à Estrada do Paraibuna com diversos e numerosos assentamentos humanos. Tal aspecto evidencia o processo de intensificação do povoamento a partir da expansão da lavoura de café no sul da Mata, assim como a força de polarização que o Rio de Janeiro exercia sobre a região.

Outro tipo de assentamento que evidencia a intensidade das relações comerciais entre Minas e o Rio de Janeiro são os registros. Embora a representação iconográfica das guardas e registros seja a mesma, a diferenciação pode ser feita a partir da denominação que lhes foi dada pelo cartógrafo. Os registros foram denominados como “recebedorias” e as guardas foram chamadas de “quartéis”. Pela FIG. 5 percebemos a distribuição dos registros ao longo dos limites territoriais da província, com uma visível concentração junto à divisa com o Rio de Janeiro, sobretudo nas proximidades da Estrada do Paraibuna.

As poucas guardas existentes se localizavam ao norte da Mata, na fronteira entre a área já ocupada e as regiões de floresta onde ainda se refugiavam populações indígenas. A mesma observação vale para as aldeias indígenas, agora quase inexistentes. O número reduzido desse tipo de assentamento deixa evidente o processo de assimilação e dizimação étnica ocorrido ao longo da primeira metade do século XIX. Sua localização mais ao norte, assim como





a redução do número dos demais assentamentos humanos junto ao vale do médio rio Doce, marca os limites do processo de ocupação nesse momento.

De modo a poder acompanhar o processo de evolução da ocupação territorial e de consolidação dos núcleos urbanos na porção sudeste do território mineiro, lançamos na base atual os assentamentos humanos presentes em cada uma das cartas analisadas e que puderam ser identificados com seus topônimos atuais (FIG. 6, ANEXO ÚNICO). Essa observação comparada permite verificar o avanço da ocupação territorial sobre a Zona da Mata entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, possibilitando perceber ainda seu sentido centrífugo. A região foi paulatinamente ocupada a partir da área central mineradora, em duas frentes a princípio distintas. Com a intensificação do povoamento, essas frentes ganharam força e acabaram fundindo-se, num processo que também foi estimulado pela difusão da lavoura cafeeira e que culminou com o estabelecimento de uma malha difusa de assentamentos humanos e núcleos urbanos no interior da região. Até meados dos oitocentos a quase totalidade do atual território da Mata já havia sido devassado e ocupado, restando como fronteira de expansão apenas o extremo norte.

4 – Considerações finais

A ocupação territorial da porção sudeste de Minas Gerais foi permeada por uma série de nuances e especificidades que apenas pincelamos neste trabalho. Embora seja impossível esgotar nessas poucas páginas todos os aspectos que envolveram tal processo, acreditamos ter esboçado um quadro amplo das transformações sócio-espaciais em curso ao longo dos séculos XVIII e primeira metade do XIX e, principalmente, demonstrar como a análise dos documentos cartográficos nos permite visualizar e perceber essas interações entre sociedade e espaço.

Pudemos verificar, assim, as características iniciais de um processo de ocupação que foi ganhando força de forma paulatina ao longo dos setecentos, muitas vezes impulsionado pela iniciativa dos colonos, mas também inserido dentro de ações oficiais – como a própria abertura do Caminho Novo e as primeiras tentativas de aldeamento indígena. Durante a primeira metade dos oitocentos esse processo se intensificou sobremaneira, ganhando *status* de





política oficial. Os mapas analisados deixam transparecer essas transformações com bastante clareza, além de fornecerem indícios sobre o sentido do fluxo das frentes de povoamento e da própria polarização do espaço regional.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGC / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- COSTA, Antônio Gilberto. (Org.). *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. (28 mapas em bolso)
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Carta do Brasil ao Milionésimo*. Brasília: IBGE, 1972. Escala 1:000.000. Folha Rio de Janeiro SF-23 DECART.
- GOMES, Maria do Carmo A. de Andrade. *Mapas e Mapeamentos: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais – 1850-1930*. 2005. Tese (Doutorado em História) – FAFICH / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. *A provincial brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. (mapa em bolso)
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1960. Tomo II, v. 2.





- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?*. São Paulo: Nobel, 1991.
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.
- MINAS GERAIS, Programa Integrado de Uso da Tecnologia de Geoprocessamento pelos Órgãos do Estado de Minas Gerais – GEOMINAS. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2007.
- MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PIMENTA, Demerval José. Aspectos do povoamento do leste mineiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. XIV, p. 367-392, 1969-1970.
- PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- RENGER, Fredrich E. Eschwege. O brasilianista. In: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Jornal do Brasil, 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. (5 mapas em bolso)
- SANTOS, Márcio. *Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.
- SOARES, Josarlete Magalhães. *Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Reise in Brasilien 1817-1820 (Atlas)*. Stuttgart: F. A. Brockhaus Komm, Gesch, GMBH, Abt. Antiquarium, 1967.
- VASCONCELLOS, Diogo. *História Média de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.



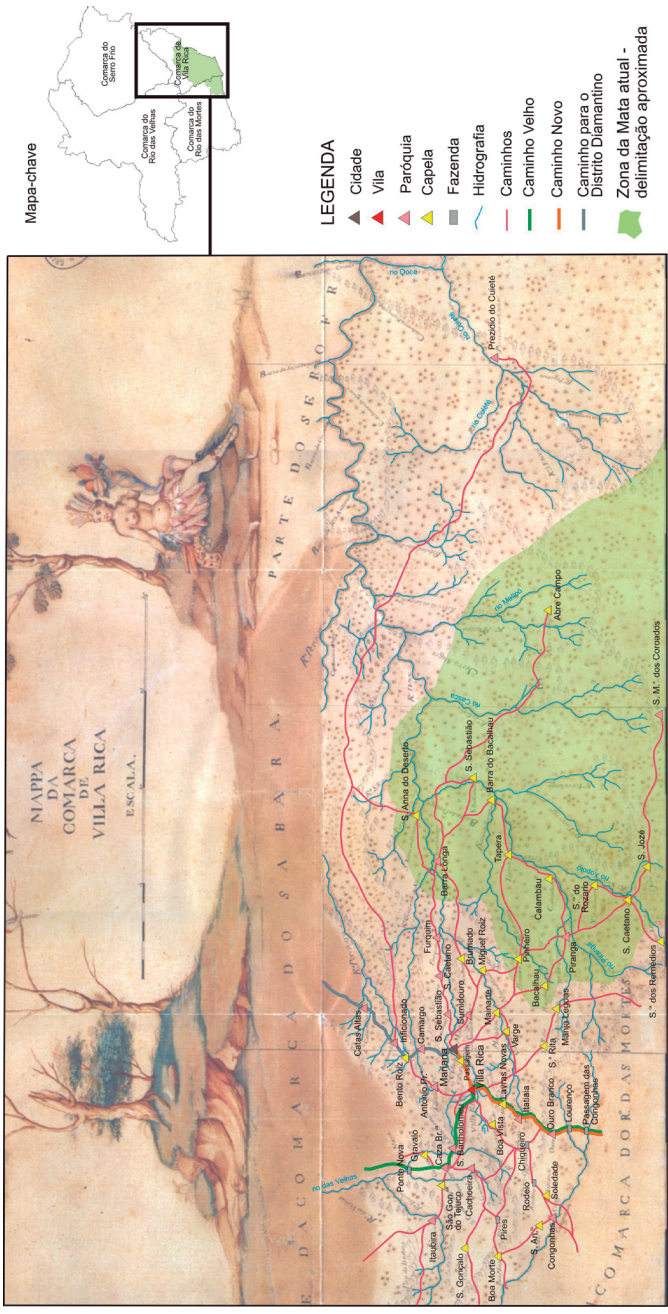


Figura 2 – Mapa da Comarca de Vila Rica, 1778. Mapa base: ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca de Vila Rica. (ROCHA, 1995, mapa em bolso)

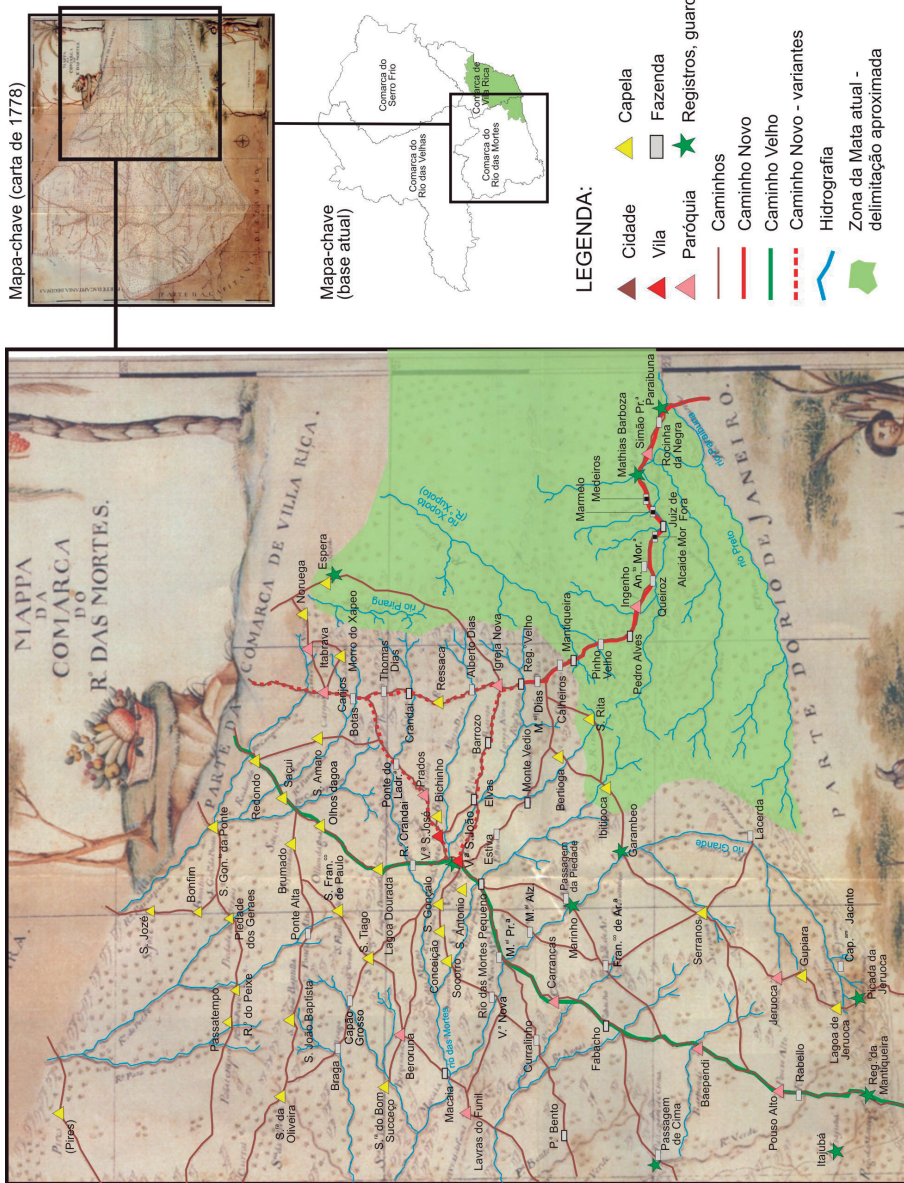


Figura 3 – Parte do Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778). Mapa base: ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca do Rio das Mortes. (ROCHA, 1995, mapa em bolso)

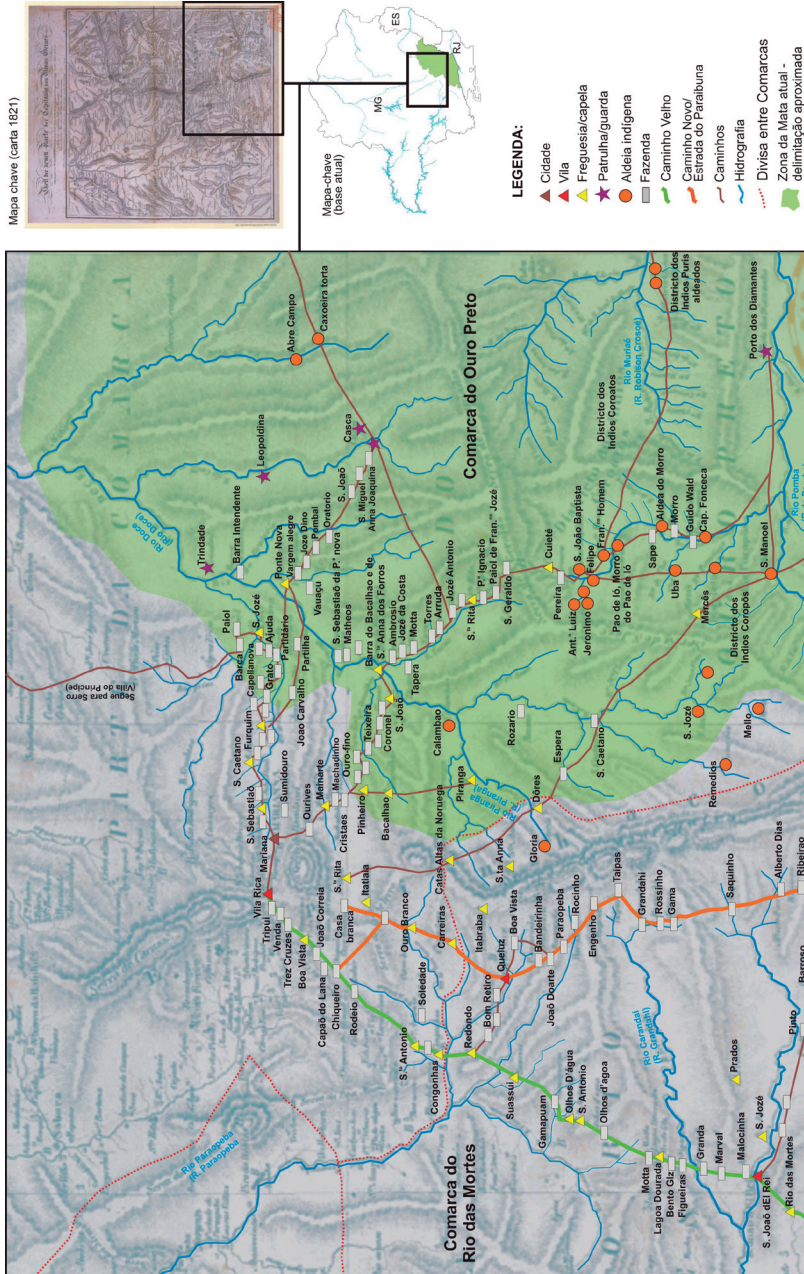


Figura 4 – Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata, 1821. Mapa base: ESCHWEGE, W. L. von. Parte do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais levantado nos anos de 1811 a 1821. (COSTA, 2002, mapa em bolso)

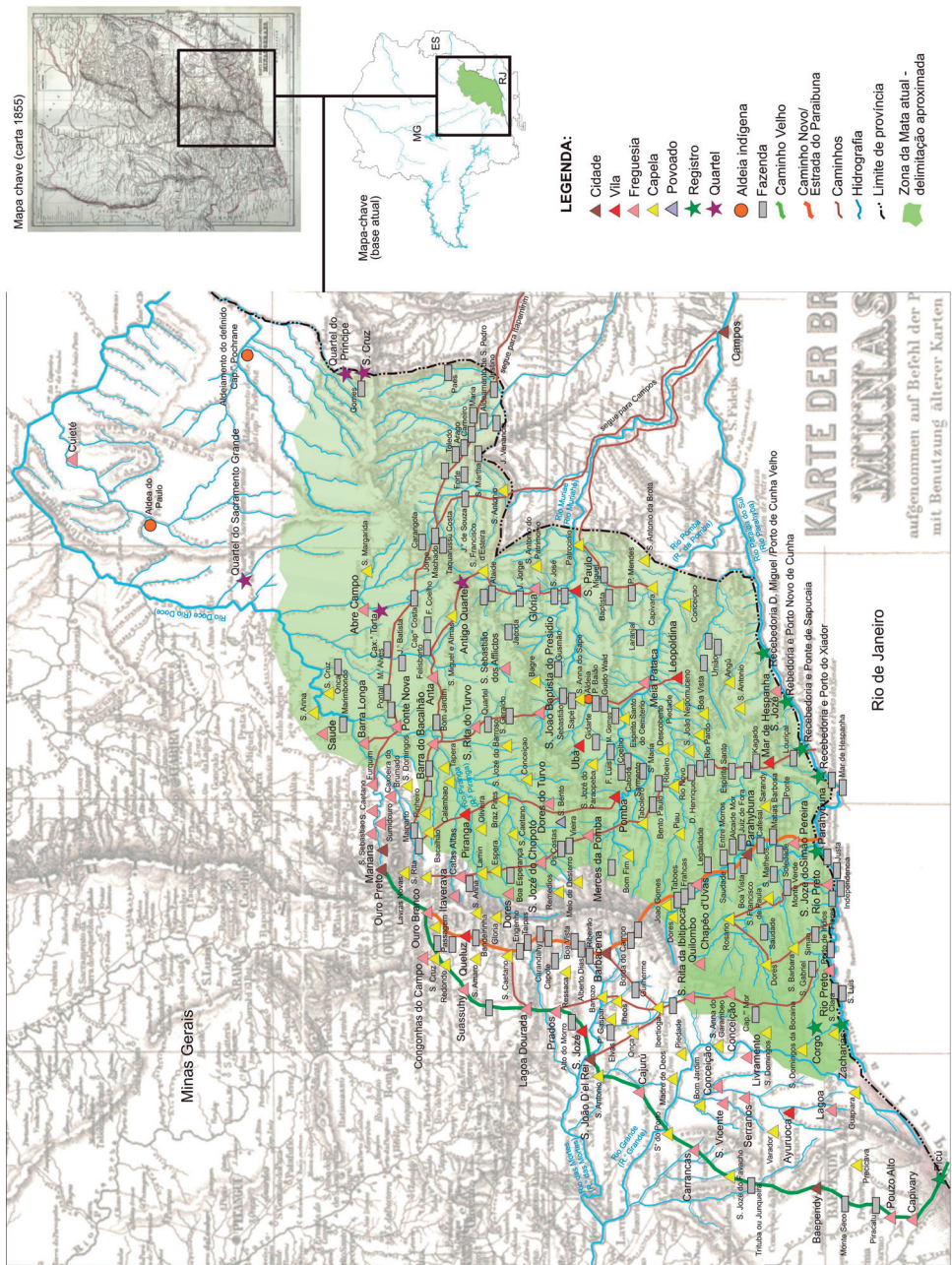
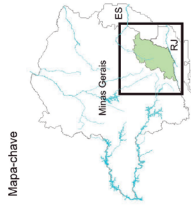


Figura 5 – Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata (1855). Mapa base: HALFELD, H. G. F., WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais. (HALFELD, TSCHUDI, 1998, mapa em bolso)



LEGENDA:

- ▲ Cidade
- ▲ Vila
- ▲ Freguesia
- ▲ Capela
- ▲ Povoador
- ★ Registro
- ★ Quartel
- Aldeia indigena
- Fazenda
- Caminho Velho
- Caminho Novo/ Estrada do Parabuna
- Caminhos
- Hidrografia
- Zona da Mata atual

Notas:

1. Foram inseridos nos desenhos apenas os assentamentos cujos topônimos atuais puderam ser identificados.
2. Para o mapa relativo ao ano de 1821, o desenhado foi baseado no mapa elaborado pelo naturalista Martius a partir do desenho de Eschwege e publicada em 1824, no conjunto das planilhas do Atlas de Martius. Este mapa, apesar de não apresentar elementos representados devido à utilização de um escala muito reduzida. Mesmo assim, os elementos que puderam ser identificados foram inseridos no desenho.

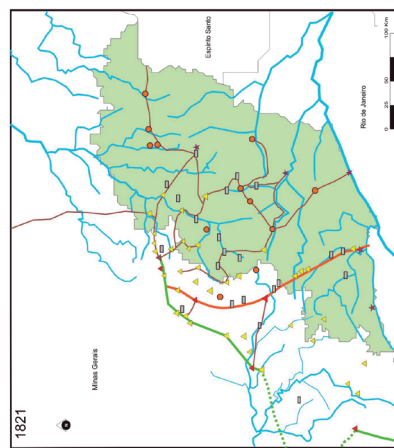
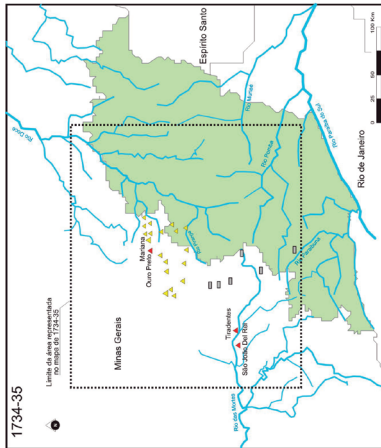
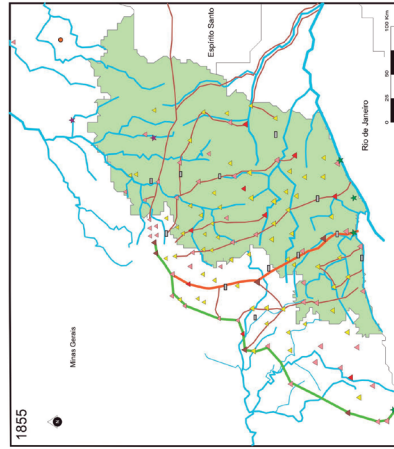
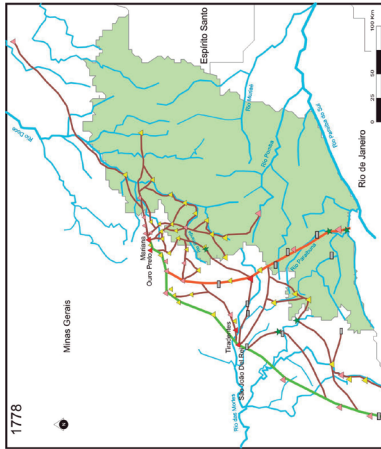


Figura 6 – Evolução do povoamento na região da Zona da Mata, século XVIII e primeira metade do século XIX (base cartográfica atual). Fontes: Elaboração a partir das FIG. 1, 2, 3, 4 e 5; ESCHWEGE, W. L. von; MARTIUS, C. F. P. von. Mapa do Leste do Brasil (SPIX, MARTIUS, 1967, plancha 44); MINAS GERAIS, 2007; IBGE, 1972; BARBOSA, 1995; MORAES, 2006, v. 2, p. 358-413.

